



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

MANHÃ

Nível Superior

Aplicação: 2014

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/área/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo/área/especialidade a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo/área/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB

De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 A vida do Brasil colonial era regida pelas Ordenações Filipinas, um código legal que se aplicava a Portugal e seus territórios ultramarinos. Com todas as letras, as Ordenações
4 Filipinas asseguravam ao marido o direito de matar a mulher caso a apanhasse em adultério. Também podia matá-la por meramente suspeitar de traição. Previa-se um único caso de
7 punição: sendo o marido traído um “peão” e o amante de sua mulher uma “pessoa de maior qualidade”, o assassino poderia ser condenado a três anos de desterro na África.

10 No Brasil República, as leis continuaram reproduzindo a ideia de que o homem era superior à mulher. O Código Civil de 1916 dava às mulheres casadas o *status* de
13 “incapazes”. Elas só podiam assinar contratos ou trabalhar fora de casa se tivessem a autorização expressa do marido.

Há tempos, o direito de matar a mulher, previsto pelas
16 Ordenações Filipinas, deixou de valer. O machismo, porém, sobreviveu nos tribunais. O Código Penal de 1890 livrava da condenação quem matava “em estado de completa privação de
19 sentidos”. O atual Código Penal, de 1940, abrevia a pena dos criminosos que agem “sob o domínio de violenta emoção”. Os “crimes passionais” — eufemismo para a covardia —
22 encaixam-se à perfeição nessas situações. Em outra bem-sucedida tentativa de aliviar a responsabilidade do homem, os advogados inventaram o direito da “legítima defesa
25 da honra”.

O machismo é uma praga histórica. Não se elimina da noite para o dia. A criação da Lei Maria da Penha, em 2006,
28 em que se previu punição para quem agride e mata mulheres, foi um primeiro e audacioso passo. O segundo passo contra o machismo é a educação.

Ricardo Westin e Cintia Sasse. *Dormindo com o inimigo*. In: *Jornal do Senado*. Brasília, 4/jul./2013, p. 4-5. Internet: <www.senado.gov.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de 1 a 7.

- 1 O emprego do futuro do pretérito em “poderia” (l.8) indica que a situação apresentada na oração é não factual, ou seja, é hipotética.
- 2 No primeiro período do segundo parágrafo, sobrepõem-se duas informações: a de que, mesmo no Brasil República, as leis traduziram a visão machista de superioridade masculina e a de que essa visão imperava antes dessa época.
- 3 Não haveria prejuízo para a correção gramatical do texto caso os pronomes “se” (l.2) e “a” (l.5) fossem deslocados para imediatamente após as formas verbais “aplicava” (l.2) e “apanhasse” (l.5), escrevendo-se **que aplicava-se e caso apanhasse-a**, respectivamente.
- 4 Sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, o terceiro período do primeiro parágrafo poderia ser reescrito da seguinte forma: Também era possível que o marido matasse a esposa pela mera suspeita de traição da parte dela.
- 5 Depreende-se do texto que os termos ‘peão’ (l.7) e ‘pessoa de maior qualidade’ (l.8) fazem referência à classe social do marido traído e do amante, respectivamente.

6 O emprego das vírgulas que isolam “de 1940” (l.19) é facultativo, de modo que a supressão dessas vírgulas não prejudicaria o sentido original ou a correção gramatical do texto.

7 As expressões ‘em estado de completa privação de sentidos’ (l.18 e 19), ‘sob o domínio de violenta emoção’ (l.20) e ‘legítima defesa da honra’ (l.24 e 25) são identificadas, no texto, como estratégias exploradas nos tribunais para aliviar a responsabilidade de homens que cometem crimes contra as mulheres.

1 Em vinte e poucos anos, a Internet deixou de ser um ambiente virtual restrito e transformou-se em fenômeno mundial. Atualmente, há tantos computadores e dispositivos
4 conectados à Internet que os mais de quatro bilhões de endereços disponíveis estão praticamente esgotados. Por essa razão, a rede mundial concentra as atenções não só das pessoas
7 e de governos, mas também movimenta um enorme contingente de empresas de infraestrutura de telecomunicações e de empresas de conteúdo. Pela Internet são compradas passagens
10 aéreas, entradas de cinema e pizzas; acompanham-se as notícias do dia, as ações do governo, os gols e os capítulos das novelas; e são postadas as fotos da última viagem, além de serem
13 comentados os últimos acontecimentos do grupo de amigos.

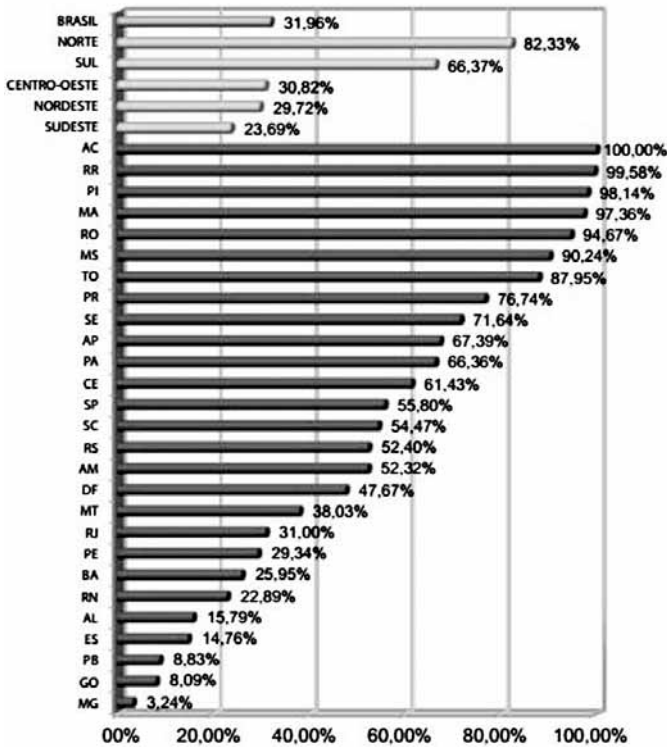
No entanto, junto com esse crescimento do mundo virtual, aumentaram também o cometimento de crimes e outros desconfortos que levaram à criação de leis que criminalizam determinadas práticas no uso da Internet, tais como invasão a sítios e roubo de senhas.

19 Devido ao aumento dos problemas motivados pela digitalização das relações pessoais, comerciais e governamentais, surgiu a necessidade de se regulamentar o uso
22 da Internet.

Internet: <www.camara.leg.br> (com adaptações).

No que se refere às ideias e aos aspectos linguísticos do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 8 No último período do primeiro parágrafo do texto, construído de acordo com o princípio do paralelismo sintático, o sujeito das orações classifica-se como indeterminado.
- 9 O termo “de senhas” (l.18) e a oração “de se regulamentar o uso da Internet” (l.21 e 22) complementam o sentido de nomes substantivos.
- 10 Depreende-se da leitura do texto que a criação de leis que criminalizam práticas relacionadas ao uso da Internet e a discussão acerca da necessidade de regulamentação do uso da Internet são respostas ao crescimento dos problemas advindos da expansão do mundo virtual.
- 11 Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical do texto, se a forma verbal “há” (l.3) fosse substituída por **existe**.
- 12 É obrigatório o emprego do sinal indicativo de crase em “à Internet” (l.4) e “à criação” (l.16).



Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Relatório Nacional da Execução da Meta 2: um diagnóstico da investigação de homicídios no país. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2012, p. 35. Internet: <www.cnmp.mp.br>.

O gráfico acima mostra os resultados do esforço nacional para o cumprimento da meta 2 do Grupo de Persecução Penal, da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. O objetivo dessa meta era o de concluir os inquéritos policiais relativos a homicídios dolosos instaurados até 31 de dezembro de 2007. Para avaliar o cumprimento da meta 2, o Grupo de Persecução Penal adotou um critério percentual, segundo o qual era considerada cumprida a meta, caso o estado tivesse concluído 90% do seu estoque inicial de inquéritos. Com base nessas informações e nos dados do gráfico, julgue os itens que seguem.

- 13 Pelos dados do gráfico, conclui-se que um terço das unidades da Federação concluiu menos de um terço de seu estoque inicial de inquéritos policiais.
- 14 O estado que ficou mais próximo de cumprir a meta 2 foi Tocantins e o que ficou mais distante de cumprir essa meta foi Minas Gerais.
- 15 O gráfico evidencia que mais de 50% dos estados brasileiros conseguiram concluir pelo menos metade de seus inquéritos policiais, resultado mais positivo que o apresentado pelo Brasil como um todo.
- 16 De acordo com o gráfico, nenhuma das regiões brasileiras cumpriu a meta 2.

À luz das orientações presentes no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os próximos itens.

- 17 Nas comunicações oficiais dirigidas a ministros de tribunais superiores, deve-se empregar a forma de tratamento **Vossa Excelência**. Caso possua o título de doutor, o ministro destinatário pode, ainda, ser designado como **doutor**.
- 18 Os atributos da comunicação oficial, a exemplo da clareza, concisão, formalidade e uniformidade, estão associados aos princípios que, segundo a Constituição Federal, norteiam a administração pública, como os da publicidade e da impessoalidade.

- 19 No envelope de uma comunicação destinada a um juiz de direito, deve-se adotar o seguinte modelo de endereçamento:
Ao Senhor
[nome do juiz]
Juiz de Direito
Rua Tal, n.º 456
49000-000 — Aracaju – SE
- 20 A mensagem que tenha por finalidade recomendar autoridades para a ocupação de cargos deve ser acompanhada do *curriculum vitae* do indicado, devidamente assinado.
- 21 Embora aviso e ofício sigam o mesmo padrão formal — o padrão ofício —, as funções desses documentos são distintas.
- 22 O trecho seguinte é adequado para constar de um memorando:
Solicita-se a esse respeitável departamento, o envio, ao Setor de Limpeza e Conservação, dos materiais enrolados abaixo.

Procedural programming has been around since the inception of computers and programming. Object-oriented paradigms arrived a little later — in the late 1950s to early 1960s — which means over 50 years of object-oriented problem solving. Still, many developers lack a full understanding of the thought process in developing object-oriented software and therefore can't take advantage of its concepts. I'm happy to see that this book, **The Object-Oriented Thought Process**, has taken this fairly old perspective and given it full attention and renewed interest.

Not having read the previous editions, I'm not familiar with the changes represented in this fourth edition. Author Matt Weisfeld is a professor who understands these important concepts and the level of knowledge and process required for readers and students to grasp what they need to know. The examples in the book are concise, clear, and easy to follow. Additionally, the book makes good use of white space, lists, pictures, and diagrams to make the content easier to follow and scan quickly.

Weisfeld has organized the concepts to build on each other, ensuring that students understand one concept well before moving to the next. On the other hand, readers who already understand the fundamentals can go directly to object-oriented thought processes for particular programming paradigms, such as Web services or client-server applications.

The book is language-neutral. Its examples are in C#, but a supplementary website offers example code in other languages. If your language isn't fairly represented, don't be deterred from acquiring this book because object-oriented concepts and semantics are mostly universal — just the particular implementation might vary due to the language.

Each chapter contains UML and example code to better understand the concepts and see how they're implemented. The last chapter introduces design patterns but without going into great detail about how to use them. This lets the inexperienced reader know that design patterns would be the next step in the path to developing good code.

Overall, I can recommend this book to code developers, designers, and testers — to anyone with an interest in proper software development semantics. It's available in a digital format that serves as a useful ready reference.

Scott Brookhart. **Thinking about objects**.
Internet: <www.computer.org> (adapted).

Considering the book review above, judge the following items.

- 23 The digital format of the book will be launched soon.
- 24 The author of the review states that he is unaware of how the current edition differs from the others.
- 25 It can be inferred from the text that the author of the book is a famous computer programmer.
- 26 The book is student-friendly when it comes to developing a gradual understanding of concepts.

According to the text, judge the items below.

RASCUNHO

- 27 Design patterns are presented deeply and extensively in the last chapter of the book.
- 28 The example codes are presented in C#, but the book offers support for those who use other languages.
- 29 Procedural programming and object-oriented paradigms have existed for more than 50 years.
- 30 Among the good aspects of the book, the author of the review mentions the examples given and the use of pictures and diagrams.
- 31 The thought processes underlying the development of object-oriented software are fully comprehended by developers in general.

Considerando que P seja a proposição “Se os seres humanos soubessem se comportar, haveria menos conflitos entre os povos”, julgue os itens seguintes.

- 32 A proposição P é logicamente equivalente à proposição “Se houvesse menos conflitos entre os povos, os seres humanos saberiam se comportar”.
- 33 A proposição P é logicamente equivalente à proposição “Os seres humanos não sabem se comportar ou haveria menos conflitos entre os povos”.
- 34 Se a proposição “Os seres humanos sabem se comportar” for falsa, então a proposição P será verdadeira, independentemente do valor lógico da proposição “Há menos conflitos entre os povos”.
- 35 A negação da proposição P pode ser corretamente expressa pela proposição “Se os seres humanos não soubessem se comportar, não haveria menos conflitos entre os povos”.

Ao consultar alguns perfis na rede social X, Marcos percebeu que tinha, com Carlos, 37 amigos em comum, com Pedro, 51 amigos em comum, e com Henrique, 45 amigos em comum.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens que se seguem.

- 36 Marcos, Carlos, Pedro e Henrique têm em comum menos de 40 amigos na rede social X.
- 37 Considerando que, na rede social X, Marcos não possua outros amigos além daqueles em comum com Carlos, Pedro e Henrique, e que estes não possuam, entre si, amigos em comum, então é correto inferir que Marcos possui menos de 130 amigos nessa rede social.
- 38 As informações apresentadas permitem concluir que Marcos possui mais de 100 amigos na rede social X.

RASCUNHO

O rito processual de análise de determinado tipo de processo segue as três seguintes fases:

- instrução: após a apresentação da representação e das provas, o juiz decide pela admissibilidade ou não do caso;
- julgamento: admitido o caso, o juiz analisa o mérito para decidir pela culpa ou não do representado;
- apenação: ao culpado o juiz atribui uma pena, que pode ser ou o pagamento de multa, ou a prestação de serviços à comunidade.

A partir das informações acima, considerando que a probabilidade de que ocorra erro de decisão na primeira fase seja de 10%, na segunda, de 5% e, na terceira, de 3%, e que a ocorrência de erro em uma fase não influencie a ocorrência de erro em outras fases, julgue os próximos itens.

- 39 A probabilidade de que ocorram erros de decisão em todas as fases do processo é inferior a 0,1%.
- 40 A probabilidade de que haja erro de decisão na análise de um processo em que se inocente o representado é inferior a 14%.
- 41 Para cada processo do referido tipo, desconsiderando os possíveis erros de decisão, a quantidade de possíveis decisões durante o rito processual é superior a 5.

Com base no disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE), julgue os seguintes itens.

- 42 Cabe ao Conselho da Magistratura determinar a realização de correições extraordinárias, gerais ou parciais, e a instauração de processos administrativos.
- 43 As Câmaras Cíveis Reunidas do TJSE, compostas por quatro desembargadores, funcionam com quórum mínimo de três desembargadores.
- 44 Um quinto dos cargos de desembargador do TJSE será preenchido por membros do Ministério Público e por advogados, indicados em lista sêxtupla formada pelo tribunal e enviada ao Poder Executivo para escolha e nomeação do desembargador.
- 45 O presidente do TJSE é eleito pelo Tribunal Pleno, para mandato de dois anos, permitida uma reeleição para o mesmo cargo.

À luz do Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, julgue os itens subsecutivos.

- 46 Os juízes-corregedores são obrigatoriamente juízes de direito da mais elevada entrância escolhidos e designados pelo corregedor-geral da justiça.
- 47 A justiça militar estadual é exercida, em primeira instância, pelo juiz auditor e pelos conselhos de justiça.
- 48 Em nenhuma hipótese, servidor da justiça poderá funcionar em feito ou ato judicial no qual sobrinho seu seja procurador de uma das partes do feito ou ato.
- 49 Juízes de direito irmãos, em nenhuma hipótese, poderão exercer a função de juiz na mesma comarca.
- 50 Estará sujeito a pena de suspensão de até oito dias o servidor que, mesmo após determinação do juiz do feito, se recusar a emitir certidão de teor constante de processo.